

Uma investigação sobre as ações de comunicação de enfrentamento à desinfodemia da COVID-19 nos estados do Espírito Santo e São Paulo¹

Adriane Maria Arantes de CARVALHO²
Armando Sérgio de Aguiar Filho³
Thaynara Martins Freitas⁴
Verônica Viana Modesto⁵
Igor Alexandre Barbosa de Oliveira⁶
Universidade FUMEC, Belo Horizonte, MG

RESUMO

O objetivo do estudo é investigar as ações de comunicação das secretarias de saúde dos estados do Espírito Santo e São Paulo no enfrentamento à desinfodemia da COVID-19. A pesquisa é do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Fez-se uso de pesquisa bibliográfica e documental. Foi consultado o acervo disponível nos sites acrescidos de informações solicitadas por meio da Lei de Acesso à Informação. A análise teve foco em duas categorias: (1) ações de comunicação de informações relativas à emergência de saúde pública de importância nacional; (2) ações de monitoramento de eventos, rumores e desinformação relacionados à COVID-19. Constatou-se que as ações incluem a criação de sites para divulgação de indicadores e de informação científica, serviços de checagem de fatos e monitoramento das desinformações nas redes sociais, dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: desinformação; *fake news*; infodemia; COVID-19; saúde pública.

INTRODUÇÃO

Segata (2020) destaca que uma “pandemia precisa ser considerada como uma experiência vivida nos corpos e nas sensibilidades coletivas” e que, apesar da pandemia da COVID-19 ter ocorrido em escala global, isso não permite que os fenômenos e experiências associados a ela sejam considerados universais, pois seus efeitos perpassam

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutora em Ciência da Informação, Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do conhecimento da Universidade FUMEC, email: adriane.arantescarvalho@gmail.com

³ Doutor em Ciência da Informação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do conhecimento da Universidade FUMEC, email: armando.filho@fumec.br

⁴ Estudante do Curso de Estética da Universidade FUMEC, Bolsista FAPEMIG PIBIC, email: thaynaramfsantana@gmail.com

⁵ Estudante do Curso de Estética da Universidade FUMEC, Bolsista FAPEMIG PIBIC, email: veronicaviana64@gmail.com

⁶ Estudante do Curso de Administração da Universidade FUMEC, Bolsista FUMEC IC, email: igoralexandre0204@hotmail.com

especificidades locais. Assim, apesar do esforço considerável conduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por diferentes governos, laboratórios e atores para o seu enfrentamento, ela também gerou a necessidade de lidar com o crescimento exponencial de desinformação que a acompanhou e que tem exigido ações rápidas, regulares e coordenadas de todos os envolvidos (CÉZAR; MACIEL, 2021).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define infodemia como a superabundância de informações que ocorre durante uma epidemia e se dissemina por meio de sistemas de informação, podendo gerar confusões, desinformações e crise de desconfiança nas políticas públicas de saúde (WHO, 2020). Ela concorre com a informação científica na criação de uma narrativa sobre a doença e seus efeitos e afeta a eficiência das ações desenvolvidas.

O conceito de desinformação (*disinformation*) é atribuído a uma informação falsa que é deliberadamente comunicada porque possui objetivos políticos ao enganar, confundir ou provocar danos. Desta maneira, difere do conceito de informações falsas (*misinformation*), ou *fake news*, que tendem a enquadrar o problema como incidentes isolados de falsidade ou confusão, e que não produzem danos significativos (STAHL, 2006; KERR PINHEIRO; BRITO, 2014; POSETTI; BONTCHEVA, 2020). A desinformação não é algo recente, mas tanto na pandemia da COVID-19 quanto nas que a antecederam, “informações falsas ou enganosas interferiram na preparação e resposta à emergência em saúde pública causada pela doença” (HARAKI, 2021, p.2).

Segundo a UNESCO, o termo desinfodemia foi criado porque “a nova desinformação sobre a COVID-19 cria confusão referente à ciência médica, com impacto imediato em todas as pessoas do planeta e em sociedades inteiras. Ela é mais tóxica e mais letal que a desinformação sobre outros assuntos” (POSETTI; BONTCHEVA, 2020, p.2). Assim, é de responsabilidade cívica, a garantia de acesso à informação e a promoção de hábitos que protejam o agrupamento de dados no mundo digital (UNESCO, 2020).

De acordo com Ribeiro e Martinuzzo (2021), um estudo realizado pela Avaaz constatou que nove em cada dez brasileiros receberam, pelo menos, uma informação falsa sobre a Covid-19, e sete em cada dez brasileiros acreditaram em, ao menos, um conteúdo baseado em desinformação sobre a pandemia”. Para esses autores, a “infodemia pode ser considerada como uma “enfermidade” informacional, posto que constituída de conteúdo de desinformação e mentira, que alcança um número gigantesco de receptores os quais,

possuindo meios de comunicação pessoal de massa, ou redes sociais digitais, procedem à sua replicação (RIBEIRO, MARTINUZZO, 2021, p.4).

O estudo teve como objetivo geral investigar as ações de comunicação das secretarias de saúde dos estados do Espírito Santo e São Paulo no enfrentamento à desinfodemia da COVID-19. Entende-se que a gestão da desinfodemia exige o desenvolvimento do pensamento crítico e uma ação regular e coordenada de múltiplos atores (WHO, 2020).

A GESTÃO DA INFODEMIA

Para a gestão da infodemia do coronavírus, três orientações de política se destacam: a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OECD) (OECD, 2020), a da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (POSETTI; BONTCHEVA, 2020) e a da OMS (WHO, 2020, 2022). As orientações de política da OECD têm como foco o combate à desinformação nas plataformas digitais e é voltada aos governos e plataformas. Ela concentra-se em quatro pontos: o apoio à ação de organizações independentes de checagem de fatos; a atuação de moderadores humanos complementando as soluções tecnológicas; a publicização de relatórios de transparência; e o desenvolvimento de habilidades associadas à alfabetização digital e à interpretação de informações de saúde.

Segundo Posetti e Bontcheva (2020), a proposta da UNESCO agrupa as respostas em quatro categorias: ações relacionadas à identificação e checagem da desinformação; respostas direcionadas a inibir ou punir a atuação dos produtores e distribuidores de desinformação; a produção e distribuição de respostas capazes de se contraporem às desinformações (respostas técnicas e algorítmicas, curatoriais e econômicas); e respostas voltadas ao público-alvo da desinformação, como as educacionais e os esforços de rotulagem.

As orientações da OMS são direcionadas a lidar com a infodemia e com as informações falsas (*misinformation*) (WHO, 2020, 2022), e diferem das abordagens anteriores direcionadas ao combate à desinfodemia. Ao avaliar as implicações para as políticas, a OMS (2020) enfatiza o papel central das instituições científicas e públicas de saúde, tanto na produção de informações confiáveis e em linguagem mais acessível para

a sociedade e para os jornalistas, quanto numa abordagem comedida para corrigir a informação falsa. Em segundo lugar recomenda que o conhecimento deva ser traduzido em mensagens que conduzam à mudança de comportamento. Em terceiro lugar, os governos devem conhecer melhor as necessidades de informação das comunidades e personalizar a entrega das informações. Em quarto lugar fortalece o papel estratégico da formação de parcerias entre diferentes atores - setores de mídia e de tecnologia, academia, sociedade civil, autoridades de saúde – para priorizar e disponibilizar informações e conselhos relevantes nas plataformas. Em quinto lugar, as autoridades de saúde devem se empenhar para compreender as narrativas que circulam, por meio de pesquisas. E, concluindo, em sexto lugar, destaca o desenvolvimento de abordagens de gerenciamento da infodemia para mitigar eventuais riscos fazendo uso da ciência de dados e de pesquisas sociocomportamentais (OMS, 2020).

Em um documento mais recente, a OMS (2022) reforça a necessidade de capacitação e treinamento dos profissionais de saúde para melhor identificar e lidar com a informação falsa (*misinformation*), a promoção de uma maior personalização da entrega de informação e de alfabetização digital de populações específicas para que sejam capazes de identificar as informações falsas e evitar sua ampla disseminação, desenvolver informações de saúde de qualidade e acessíveis que possam ser ampla e rapidamente compartilhadas por meio das redes sociais e estabelecer uma força de trabalho infodêmica para geração e resposta rápida de informações infodêmicas.

Haraki (2021) investigou como dez países da América do Sul lidaram com as possibilidades de apoio e uso de informação adequada para a construção de suas estratégias de gestão da infodemia. A pesquisa envolveu a consulta aos sítios eletrônicos dos ministérios da saúde dos respectivos países. A autora constatou que foram escassos os princípios, estruturas e orientações encontrados em cinco países (Argentina, Brasil, Chile, Equador e Paraguai) onde havia alguma estratégia ou ação voltada para o combate da infodemia. Nos demais (Bolívia, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela), nenhuma menção ao tema da infodemia foi encontrada. (HARAKI, 2021). Ao mapear as ações do Ministério da Saúde do governo brasileiro, Haraki (2021) destacou duas iniciativas: a plataforma “Coronavírus COVID-19”, com uma seção específica sobre “Fake News” que abordava ações de combate às *fake news*; e um número exclusivo no WhatsApp para que a população encaminhasse informações recebidas nas redes sociais para análise da sua veracidade.

Apesar dessas iniciativas, Haraki (2021) enfatiza sobre a necessidade de desenvolver estratégias mais competentes no combate à infodemia que envolvam outros atores. Como pontuam Cézár e Maciel, a gestão da pandemia ocorreu “em um contexto peculiar de descompasso entre conhecimento técnico-científico e negação desse modelo de conhecimento e da pandemia enquanto fato relevante.” (CÉZAR; MACIEL, 2021, p.3). Destacam-se as indefinições e mudanças de posição do governo federal, assim como as divergências em relação ao Ministério da Saúde ao longo desse processo. (CÉZAR; MACIEL, 2021).

As políticas nacionais de saúde estão associadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) que estabelece os compromissos e responsabilidades do Estado e especifica as atribuições de competências dos municípios, estados e da União. O SUS atua sob uma lógica de rede e, apesar das diretrizes serem coordenadas pelo governo federal, no caso específico da pandemia, observou-se que muitos governos municipais e estaduais tiveram que tomar iniciativas isoladas em função das controvérsias associadas à atuação governo federal. É fundamental ressaltar que há pouca informação consolidada sobre as ações dos governos estaduais.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, optou-se por uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. A pesquisa enquadra-se na categoria de exploratória por objetivar a familiaridade e novas percepções acerca das estratégias de gestão da infodemia da COVID-19, tema sobre o qual há pouco conhecimento publicado e/ou divulgado. Por sua vez, a pesquisa qualitativa “envolve examinar e refletir as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p.26). Além da pesquisa bibliográfica foi utilizada a pesquisa documental, adotando os procedimentos sugeridos por Haraki (2021).

A coleta de dados e documentos (materiais comunicativos, normativas, decretos, protocolos e outros documentos oficiais) teve como foco o material disponível nos sites das secretarias de saúde dos Estados do Espírito Santo e São Paulo, ocorridas entre janeiro de 2020 a julho de 2022. Fez-se uso da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 2011, para a obtenção de dados não disponíveis nos sites.

Destaca-se que parte da coleta dos dados ocorreu após a declaração do término da pandemia pela OMS em maio de 2023. Os protocolos foram encaminhados e respondidos nos meses de maio a julho de 2023. Após a coleta dos dados ocorreu a seleção e a análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Foram definidas duas categorias: (1) ações de comunicação de informações relativas à emergência de saúde pública de importância nacional (ESPIN); (2) ações de monitoramento de eventos, rumores e desinformação relacionados especificamente à COVID-19.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Uma ação comum aos dois Estados diz respeito ao papel desempenhado pelos portais de transparência estaduais que cumpriram a tarefa de disponibilizar informações sobre as despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia, com acesso ou *links* a informações epidemiológicas e a doações. O Portal da Transparência do Estado de Espírito Santo apresentou as despesas para o enfrentamento à COVID-19, assim como *links* para painéis relacionados à COVID-19 disponíveis no site “Coronavírus COVID-19”. O Portal de Transparência do Estado de São Paulo apresentou um conjunto de informações e estatísticas que incluíam doações e despesas efetuadas no combate à COVID-19, e *links* para o site “SP contra o novo coronavírus” e para o Painel do Vacinômetro.

Em relação ao Governo do Estado do Espírito Santo foram identificados o site “Coronavírus COVID-19” e o canal da Secretaria de Estado da Saúde (SESA-ES) no Youtube, que compartilhou as entrevistas coletivas. O site “Coronavírus COVID-19” (ESPÍRITO SANTO, 2023) possui diversos tópicos e destaca-se o fato de informar na primeira página o número atualizado de casos confirmados, pacientes curados e óbitos. Essas três informações foram alvo de muitas *fake news* e sua visualização no site permite à população o acesso a uma fonte real e confiável. A primeira página também exibiu informações sobre vacinação, sintomas, transmissão e prevenção. A página “Informativos Coronavírus” exibe material de campanha, sendo possível encontrar vídeos, cartilhas e infográficos para *download*, o que facilita o compartilhamento dos conteúdos disponíveis.

A Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA-ES) exibiu as coletivas com a imprensa com o objetivo de informar a população sobre o cenário e as ações da gestão no seu canal no Youtube. As coletivas estão organizadas em *playlists*, sendo uma para cada ano

Uma iniciativa de destaque e relevância é a criação do Projeto Observa ICEPi do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi) vinculado à secretaria estadual de saúde. Criado em 2019, o ICEPi é uma instituição de ciência e tecnologia que tem o objetivo de desenvolver “o ecossistema de inovação envolvendo estado, municípios, setor produtivo e as instituições acadêmicas, com o foco no desenvolvimento de políticas e ações de fortalecimento do Sistema Único de Saúde” (ICEPi, 2023a). Seu site apresenta diversos trabalhos relacionados ao monitoramento de *fake news*. O Projeto Observa ICEPi tem o propósito de produzir conteúdo de saúde para plataformas digitais (WhatsApp, Instagram, Telegram, LinkedIn, Youtube e Facebook) e de realizar estudos de monitoramento nas redes sociais (ICEPi, 2023b). É importante ressaltar que o projeto utilizou o conceito de desinformação ao invés de *fake news*, o que denota um entendimento da natureza e dos impactos dela na construção de um discurso sobre a doença. O site do ICEPi possui *link* para o material produzido sobre o tema da COVID-19 nas diversas redes sociais, assim como de outros temas da área de saúde.

Com relação ao Governo do Estado de São Paulo, destacam-se o site exclusivo de informações sobre o Coronavírus, chamado de “SP contra o novo coronavírus” (SÃO PAULO, 2023a), o site Painel do Vacinômetro (SÃO PAULO, 2023b) e o Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI) (SÃO PAULO, 2023c).

No site “SP contra o novo coronavírus” foi disponibilizado o número de Whatsapp do “SP Perguntas – COVID19”, criado para tirar dúvidas acerca da COVID-19. Ele se encontrava inativo no momento da pesquisa. No site há uma área destinada ao combate à desinformação, denominado de “Sem Fake News” na qual eram exibidas *fake news* postadas em mídias sociais ou em outros meios de comunicação. Nesta área foram analisados os pontos verídicos e distorcidos da notícia, com a apresentação de elementos / provas para confirmação do que é fato, deixando claro o que é *fake* e sendo uma importante ação do combate a desinformação.

O site também possui um *link* de acesso ao grupo criado no aplicativo Telegram, para recebimento de informações oficiais sobre o coronavírus, documentos e cartilhas disponibilizados para *download*, além de verificação de notícias. O grupo não trata exclusivamente do tema da COVID-19, entretanto aborda também assuntos gerais do governo. O grupo, chamado de “Governo do Estado de São Paulo”, possuía mais de 14.000 inscritos, configurando-se como um canal oficial de conhecimento e averiguação. A Cartilha “Evite *Fake News*”, também disponibilizada para *download* no site, orientava

como identificar uma notícia falsa, como agir diante desta situação e suas consequências. A cartilha, com nove páginas, abordava o tema de forma sucinta, mas completa e com uma linguagem de fácil entendimento para a população.

O site Painel do Vacinômetro apresentou uma seção de perguntas frequentes (*Frequently Asked Questions – FAQ*). Por sua vez o SIMI mostrava um conjunto de indicadores que permitiam acompanhar as ações para a gestão da pandemia, tais como a ocupação de leitos, casos e óbitos, índice de adesão ao isolamento social, dentre outros e apresentava a opção de acesso por meio de dados abertos. No entanto, não foram identificados dados sobre o acompanhamento das *fake news*.

Quadro 1 – Síntese das ações de comunicação

Categorias	Espírito Santo	São Paulo
Ações de comunicação de informações relativas à ESPIN	Portal da Transparência Site “Coronavírus COVID-19”	Portal da Transparência Site “Painel do Vacinômetro” Site “SP contra o Coronavírus” Sistema de Monitoramento Inteligente
Ações de monitoramento de eventos, rumores e <i>fake news</i>	Canal da Secretaria de Saúde no Youtube Projeto Observa ICEPI com presença em várias redes sociais	Página “Sem fake news” Perfil no Telegram SP Perguntas – COVID19 (WhatsApp) Cartilhas

Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 1 apresenta uma síntese das principais ações identificadas na pesquisa. Ao analisá-las à luz das sugestões de políticas da OECD, UNESCO e WHO, observou-se um esforço em prover serviços de checagem de fatos (páginas, número de WhatsApp), de cartilhas educativas, de páginas de perguntas e respostas (FAQ) e da presença em diversas redes sociais, seja sob a forma de vídeos, imagens, infográficos ou textos, no intuito de esclarecer e ajudar a população a identificar as *fake news*.

O Estado do Espírito Santo foi mais além e criou um observatório, o Observa ICEPI, que se alinha às recomendações da OMS (2020) de uma atuação mais ativa na produção de informação científica para a sociedade, assim como na realização de pesquisas de monitoramento da desinfodemia. Entende-se que essa iniciativa contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de identificação e de interpretação de informações de saúde preconizadas pela OECD (OECD, 2020), dos esforços de rotulagem preconizados pela UNESCO (POSETTI; BONTCHEVA, 2020), e no estabelecimento de

uma força de trabalho infodêmica capaz de responder aos desafios impostos pela desinfodemia (OMS, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de investigar as ações de comunicação dos órgãos de saúde pública foi cumprido, revelando a diversidade de ações e iniciativas dos direcionadas a criar respostas à desinfodemia da COVID-19 no Brasil. A pandemia da COVID-19 implicou na morte de mais de setecentas mil pessoas no Brasil. Os impactos da desinfodemia foram marcantes, tanto na adoção de tratamentos ineficazes e na resistência ao isolamento social quanto este se fazia necessário, quanto na geração de efeitos colaterais e indesejáveis em políticas públicas internacionalmente reconhecidas com a de vacinação. Entende-se que esses efeitos ainda se mostram presentes na sociedade em relação a outras questões de saúde pública.

Ainda que ressalvada a limitação desse estudo no que diz respeito à forma de coleta dos dados, foi possível vislumbrar os diferentes caminhos adotados pelas autoridades de saúde para organizar e sistematizar as respostas. Isso é relevante pois possibilitou uma compreensão de uma dada realidade numa perspectiva mais ampliada.

Estudos futuros nesta temática poderão incluir análises comparativas com outros estados ou ainda países, bem como aplicar a metodologia em grupos de necessidades específicas que requerem campanhas direcionadas e afirmativas de vacinações.

Espera-se que a compreensão das estratégias que foram adotadas para a gestão da desinfodemia da COVID-19 possa trazer apontamentos para a formulação de ações e políticas efetivas de informação que de forma concreta contribuam para o enfrentamento contínuo da COVID-19 e de outras emergências públicas de saúde que porventura venham a ocorrer.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

CÉZAR, Lílian Sagio; MACIEL, Anderson Jamar Neves. Infodemia no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil: uma política de contaminação? *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5703, maio 2021. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5703>

ESPÍRITO SANTO. Coronavírus COVID-19. 2023. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/> Acesso em 19 Abr. 2023.

HARAKI, Cristianne Aparecida Costa. Estratégias adotadas na América do Sul para a gestão da infodemia da COVID-19. **Rev Panam Salud Publica**. V.45, e43, 2021. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.43>

ICEPi Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde. Site oficial. 2023a. Acesso em 08 jul 2023. Disponível em: <https://icepi.es.gov.br/>

ICEPi Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde. Projeto Observa ICEPi. 2023b. Disponível em: <https://icepi.es.gov.br/projeto-observa-icepi> . Acesso em 08 jul 2023.

KERR PINHEIRO, M.M.; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. **Datagramazero**. Rio de Janeiro, v.15, p. 2-18, 2014.

OECD. **Combating COVID-19 disinformation on online platforms**. OECD Policy Responses to Coronavirus. 2020. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135214-mpe7q0bj4d&title=Combating-COVID-19-disinformation-on-online-platforms>. Acesso em 04 abr 2023.

POSETTI, Julie, BONTCHEVA, Kalina. **Disinfodemic**: Deciphering COVID-19 disinformation. Policy brief: UNESCO. 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf>

RIBEIRO, Renata Rezende; MARTINUZZO, José Antônio. A reinfosfera na pandemia do novo coronavírus: infodemia, fake News e sociabilidade perversa. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5694, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5694>

SÃO PAULO. **SP contra o novo coronavírus**. 2023a. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/> . Acesso em 14 Abr. 2023.

SÃO PAULO. **Painel do Vacinômetro**. 2023b. Disponível em: <https://www.vacinaja.sp.gov.br/> Acesso em 15 Abr. 2023.

SÃO PAULO. **Sistema de Monitoramento Inteligente**. 2023c. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/simi/> Acesso em 16 Abr. 2023.

SEGATA, Jean, 2020a. Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**. 23 mar. 2020. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2307-boletim-n-1-cientistas-sociais-o-o-coronavirus-2>>

STAHL, Bernd. On the difference or equality of information, misinformation, and disinformation: a critical research perspective. **Informing Science Journal**, v.9, p.83-96, 2006.

UNESCO. **Desinformação: uma arma secreta em tempos de pandemia**. 23 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.unesco.org/pt/articles/desinformacao-uma-arma-secreta-em-tempos-de-pandemia>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

WHO WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Managing the COVID-19 infodemic**: call for action, 7-8 April 2020. Relatório executivo. Geneva: World Health Organization. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240010314>.

WHO WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO policy brief: COVID-19 infodemic management:** policy brief., 14 september 2022. Geneva: World Health Organization. 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Policy_Brief-Infodemic-2022.1